



UC/FPCE_2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Mudança clínica em variáveis cognitivas, emocionais e comportamentais associadas ao comportamento anti-social: os efeitos do GPS25 em jovens delinquentes

Ana Filipa Antunes Janela Afonso (e-mail: ana_afonso@sapo.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia na área de especialização
Intervenções Cognitivo-Comportamentais nas Perturbações
Psicológicas e da Saúde, sob a orientação do Professor Doutor Daniel
Maria Bugalho Rijo

Investigação realizada no âmbito do Projecto de I&D “Gerar Percursos Sociais, um programa de prevenção e reabilitação para indivíduos com comportamento social desviante: estudos de eficácia em amostras forenses” (PTDC/PSI-PCL/102165/2008), financiado pela FCT e sediado no CINEICC, numa parceria com a DGRS e a DGSP



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Mudança clínica em variáveis cognitivas, emocionais e comportamentais associadas ao comportamento anti-social: os efeitos do GPS25 em jovens delinquentes

Resumo

Na aplicação de qualquer tipo de pena nos sistemas de justiça, uma das pretensões implícitas é a “correção” dos sujeitos alvo dessa medida, na tentativa de evitar que repitam as suas condutas ilícitas ou, em termos jurídicos, a diminuição das taxas de reincidência criminal (Redondo, Sánchez-Meca, & Garrido, 2002). De modo a reduzir essas taxas de reincidência criminal e o comportamento anti-social, os programas cognitivo-comportamentais, também designados como programas psicoeducacionais, têm-se revelado uma abordagem eficaz (McGuire, 2001, 2006, 2008).

A investigação aqui apresentada propôs-se a avaliar a eficácia do GPS – “Gerar Percursos Sociais” (Rijo et al., 2007) na reabilitação psicossocial de jovens adolescentes. O GPS é um programa multimodal de grupo, de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento anti-social. A aplicação do programa desenrola-se em sessões semanais, num total de 40 sessões divididas em 5 módulos sequenciais, e contando com a participação de 8 a 12 elementos. Utilizando um referencial teórico cognitivo e interpessoal, o programa assume como objectivo de intervenção a flexibilização de crenças nucleares disfuncionais subjacentes ao comportamento anti-social.

A amostra utilizada nesta investigação compreendeu 55 jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento em Centro Educativo. Num primeiro estudo, pretende-se avaliar a eficácia do programa nos processos de auto-representação e activação emocional disruptiva nos jovens que nele participaram. Um segundo estudo é dedicado à avaliação da capacidade do programa na indução de mudanças comportamentais no sentido da melhoria dos problemas de comportamento e psicopatologia geral de jovens delinquentes, visando a sua reabilitação psicossocial.

De modo geral, os resultados destes estudos apontam para melhorias em termos da auto-representação e regulação emocional, traduzida por um menor recurso a distorções cognitivas e endosso de crenças nucleares disfuncionais, e nos problemas de comportamento e psicopatologia geral associados ao comportamento anti-social numa percentagem significativa de sujeitos. Estes dados suportam o pressuposto de que o GPS é eficaz na promoção de mudanças cognitivas e emocionais nos jovens, reduzindo a

ativação emocional disruptiva associada a temáticas negativas do autoconceito, bem como na redução de problemas de comportamento reportados por esta população, ou seja, na indução de mudanças comportamentais.

Palavras-chave: Gerar Percursos Sociais, Índice de Mudança Fiável, comportamento anti-social, esquemas mal adaptativos precoces, regulação emocional, problemas de comportamento.

Clinical change in cognitive, emotional and behavioral variables related to the anti-social behavior: GPS25's effects in delinquent youths

Abstract

In applying any kind of sentence in the justice system, an implicit pretention is the individuals' "correction", as an attempt to avoid the repetition of their illegal conducts, or in legal terms, the reduction of the recidivism rates (Redondo, Sánchez-Meca, & Garrido, 2002). In order to reduce those rates and the anti-social behavior, the cognitive-behavioral, also known as psychoeducational programs, have proved to be an effective approach (McGuire, 2001, 2006, 2008).

The research presented here aimed to evaluate the effectiveness of GPS – "Growing Pro-Social" (Rijo, et al., 2007) in the psychosocial rehabilitation of young adolescents. GPS is a rehabilitation and prevention group-program for individuals with antisocial behavior. It is run in small groups, from 8 to 12 participants, along 40 weekly sessions, and it includes 5 sequential modules. Based on a cognitive-interpersonal theoretical framework (Bernstein, Arntz, & Vos, 2007; Safran & Segal, 1990; Young et al., 2003), GPS focuses on cognitive, emotional and behavioral changes, assuming as ultimate goal the modification of dysfunctional core beliefs underlying anti-social behavior.

The sample consisted of 55 youths that participated in GPS. In the first study, we analyzed the program's effectiveness in cognitive changes at the level of cognitive processes and core self-representation schemas and disruptive emotional arousal in young people who took part. A second study was devoted to the evaluation of the program's ability to induce behavioral changes in an effort to improve behavior problems and general psychopathology of juvenile offenders, seeking their psychosocial rehabilitation.

In general, the results point to improvements in terms of self-representation and emotional regulation, reflected by a decreased reliance on cognitive distortions and endorsement of dysfunctional core beliefs, as well as improvements in behavioral problems and general psychopathology associated with antisocial behavior in a significant proportion of subjects. These data support the assumption that the GPS is effective in promoting cognitive and emotional changes in young people, reducing disruptive emotional arousal associated with negative self-concept issues, as well as in

reducing behavior problems reported for this population, or in inducing behavioral changes.

Key Words: Growing Pro-Social, Reliable Change Index, antisocial behavior, early maladaptive schemas, emotional regulation, conduct problems.

Agradecimentos

A todos os jovens que contribuíram para a recolha dos dados necessários ao projecto de investigação.

Ao Professor Doutor Daniel Rijo, pela sua disponibilidade e orientação imprescindível à concretização deste projecto e pelo conhecimento e saber transmitidos.

Ao Nélio e à Carolina da Motta pela sua disponibilidade e incansável contribuição para o resultado final deste trabalho.

Aos colegas João, Beatriz, Daniela, Luísa e Cláudia que, comigo, partilharam os bons momentos e os momentos menos felizes mas sempre proveitosos.

À Dr.^a Conceição Dixe pela sua orientação e interesse no trabalho desenvolvido e ao Centro Educativo dos Olivais pelas aprendizagens deste ano lectivo.

Aos meus pais e irmãos, pelos valores transmitidos e por todas as oportunidades de crescimento que me proporcionam e me possibilitam a descoberta do “caminho”.

À Filomena Afonso e ao Nuno Quintela, pela agradável inquietude de um constante “despertar”.

À minha família, pela “sábua loucura” com que marca a minha vida.

À Diana, à Ana Teresa e à Nadine, pela amizade destes anos e pelos sonhos partilhados.

À Cláudia Marujo, à Filipa e à Tânia pela cumplicidade dos dias que vivemos juntas.

Aos meus amigos, à Cláudia e à Susana, pelas partilhas das nossas vidas (ainda agora a começar mas já tão longas).

A todos os que neste percurso cruzaram comigo o seu olhar e me sorriram.

Índice

Introdução.....	1
I – Enquadramento conceptual.....	3
1. Comportamento anti-social: definição introdutória.....	3
2. Princípios orientadores de intervenções eficazes	3
3. Modelos teóricos subjacentes ao comportamento agressivo: uma abordagem esquemática	5
4. Gerar Percursos Sociais.....	7
II - Artigo 1 – Mudança clínica na auto-representação e activação emocional após um programa de grupo psicoeducacional de 25 sessões: um ensaio com jovens delinquentes	11
III - Artigo 2 – Mudança clínica nos problemas de comportamento e psicopatologia geral após um programa de grupo psicoeducacional de 25 sessões: um ensaio com jovens delinquentes	34
IV – Discussão Geral.....	52
V - Conclusões	57
Bibliografia Geral.....	58
Anexo	67

Introdução

Com implicações negativas em termos emocionais e físicos e efeitos económicos sentidos pela sociedade (Tarolla, Wagner, Rabinowitz, & Turbman, 2002), o comportamento anti-social é uma problemática cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas (Calvete, 2008; Fonseca, 2000), fazendo despertar debates e alguma controvérsia sobre a sua origem e melhor forma de lidar com os indivíduos que o manifestam. Provavelmente, ao longo dos anos, e perante a investigação realizada, a lição mais importante que tem sido retirada acerca da violência juvenil é a sua natureza complexa e a quantidade substancial de trabalho que continua por fazer (Farrell & Flannery, 2006).

Uma variedade de estratégias terapêuticas – individuais, com a família, na escola e na comunidade e institucionais – tem sido descrita, apresentando diferentes níveis de eficácia documentada (Tarolla et al., 2002). Perante esta variedade de estratégias que se propõem modificar o comportamento anti-social, o objectivo deve ser o de considerar o que se tem proposto nas últimas décadas, que questões têm sido levantadas e para onde seguimos neste campo (Hollin, 2002).

Diversos programas de treino de competências pessoais e sociais, designados como programas psicoeducacionais, têm sido descritos como uma abordagem eficaz na redução das taxas de reincidência criminal (Andrews et al, 1990; Lipsey, 1995; Losel, 1995; Redondo, Garrido, & Sánchez-Meca, 1997; Redondo, Sánchez-Meca, & Garrido, 1999). Estes programas são aplicados visando a prevenção de comportamentos anti-sociais, bem como a reabilitação de jovens delinquentes. No entanto, considerando que a eficácia dos programas não se exprime apenas em termos taxativos de níveis de reincidência, importa analisar em que medida, os programas aplicados contribuem para a melhoria ou compensação dos défices (cognitivos, de regulação emocional e comportamental) que subjazem a exibição de padrões de comportamento agressivo e/ou anti-social. Neste âmbito, os programas mais recentes assentam numa abordagem cognitivo-comportamental do comportamento desviante, apresentando conteúdos, módulos e sessões que se propõem trabalhar os défices referidos.

Em pareceria com a Direcção Geral de Reinserção Social e com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, foi levado a cabo um projecto de investigação de resultados do programa GPS – Gerar Percursos Sociais (Rijo, Sousa, Lopes, Pereira, Vasconcelos, Mendonça, Silva, Ricardo, & Massa, 2004; edição definitiva – 2007) em amostras forenses de adolescentes e adultos que conta já com três anos de aplicação. A dissertação aqui apresentada está integrada no projecto GPS e tem por objectivo contribuir para o estudo de validação do programa em contexto de Centro Educativo.

No desenvolvimento do trabalho levado a cabo e descrito nesta dissertação, importa destacar a metodologia estatística utilizada, o IMF – Índice de Mudança Fiável, um método adequado e inovador que permite avaliar a mudança clínica significativa em cada indivíduo em particular.

No que se refere à estrutura, a dissertação aqui apresentada foi desenvolvida sobre o formato de dois artigos científicos, com desenho metodológico idêntico, apresentados no corpo de texto e prontos para submissão a publicação numa revista científica com revisão por pares. Neste sentido, os objectivos gerais, a metodologia de investigação, os instrumentos utilizados e as respectivas bibliografias específicas encontram-se descritos em cada artigo.

Num primeiro estudo, pretende-se avaliar a eficácia do programa nos processos de auto-representação e activação emocional disruptiva associada numa amostra de 53 menores participantes no programa. Um segundo estudo, destina-se a avaliar a eficácia do programa nos problemas de comportamento de 55 menores que integraram o programa.

De modo geral, e com vista a alcançar o objectivo último desta investigação, ambos os artigos se propõem avaliar a eficácia do programa quando aplicado junto de uma amostra de jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento em Centro Educativo.

I – Enquadramento conceptual

1. Comportamento anti-social: definição introdutória

O comportamento anti-social tem sido definido na literatura com um padrão estável de desrespeito pelos direitos dos outros e violações das normas sociais que regem determinada comunidade na qual o sujeito se insere. Nesta definição são incluídos problemas diversos e com diferentes graus de gravidade, desde comportamentos de oposição mais simples a crimes graves com relevância jurídica e penal. Estes comportamentos apresentam características variadas e distintas na infância, adolescência e idade adulta, havendo evidências empíricas que sugerem grande continuidade entre problemas de comportamento na infância, delinquência na adolescência e criminalidade na idade adulta e estabilidade dos mesmos ao longo do tempo. (Dishion & Patterson, 2006; Fonseca, 2000; Loeber, 1982, Calvete, 2008; Kazdin, 1987).

Tomando como base os conhecimentos adquiridos na investigação realizada na área da delinquência juvenil e criminalidade, sabe-se que uma grande variedade de factores pode influenciar o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Estes factores, de ordem social e cultural, interaccional, familiar e individual, encontram-se inter-relacionados e, estando presentes desde cedo na vida do indivíduo, influenciam globalmente o seu desenvolvimento (Rijo & Sousa, 2004; Rutter, 2004).

Embora sejam vários os factores envolvidos na manutenção e estabilidade do comportamento anti-social ao longo do tempo, as variáveis cognitivas têm um papel central na mediação entre a experiência e o desenvolvimento e manutenção desse padrão comportamental (Crick & Dodge, 1994; Huesmann, 1988; Huesmann & Guerra, 1997; Dodge & Schwartz, 1997; Rijo et al., 2007; Anderson & Bushman, 2002).

O comportamento anti-social na adolescência é um problema grave na maioria das sociedades contemporâneas (Calvete, 2008; Fonseca, 2000), com implicações negativas em termos emocionais, físicos e efeitos económicos sentidos pela sociedade (Tarolla et al., 2002).

2. Princípios orientadores de intervenções eficazes

Considerando a prevalência, estabilidade e impacto negativo do comportamento anti-social na vida dos sujeito e na sociedade em que este se insere, a elaboração de intervenções eficazes de prevenção e reabilitação é de extrema importância, sendo que esforços acrescidos de compreensão das suas causas e consequências têm sido implementados nesse sentido (Farrell & Flannery, 2006).

A intervenção com ofensores juvenis tem tido como resposta mais comum, aquela que envolve, muitas vezes, sanções de natureza meramente punitiva e internamento em instituições de correcção (Hoge, 2009), tornando-se, no entanto, evidente, nas últimas décadas, que estes métodos têm tido pouco efeito no impedimento do aumento da criminalidade e podem, em vez disso, agravar esse comportamento (Dowden & Andrews, 1999; McGuire, 2006, 2011; McGuire & Priestley, 1995).

No tratamento e reabilitação de jovens delinquentes, e na tentativa de reduzir a taxa de reincidência criminal, vários têm sido os programas propostos. O desenvolvimento de intervenções eficazes no âmbito do comportamento anti-social tem um papel essencial em qualquer estratégia que se destine a diminuir as taxas de delinquência juvenil (Lipsey & Cullen, 2007; Lipsey, Wilson, & Cothorn, 2000).

Os autores e os estudos (Andrews, 1995; Day, Howells, & Rickwood, 2004; Dowden & Andrews, 1999; Hoge, 2009; Howells & Day, 1999; MacKenzie, 2006) são unânimes ao apontar como grandes princípios orientadores de intervenções eficazes e, a ter em conta na elaboração de qualquer programa, o princípio do risco, o princípio da necessidade e o princípio da sensibilidade. O princípio do risco afirma que existem diferenças individuais na probabilidade de o sujeito se envolver em condutas criminosas e, ainda, que as intervenções que se destinam a corrigir essas condutas são mais vantajosas quando desenvolvidas e destinadas a casos onde o risco é mais elevado (Andrews, 1995). A ideia central defendida pelo princípio da necessidade é a de que os programas terapêuticos devem abordar aquelas que se sabem ser as necessidades dos ofensores e que são passíveis de ser alteradas (Howells & Day, 1999; MacKenzie, 2006), sugerindo, assim, que os programas mais eficazes são aqueles que intervêm na mudança das necessidades mais directamente relacionadas com o comportamento de índole criminal, as necessidades criminógenas, ou factores de risco (Day et al., 2004). Quanto ao terceiro princípio referido, o princípio da sensibilidade, este sugere que os programas mais eficazes são desenvolvidos de modo a ir de encontro aos estilos de aprendizagem dos ofensores, para que estes fiquem activamente envolvidos no processo de mudança comportamental (Day et al., 2004).

Uma vez que os jovens ofensores variam grandemente na natureza e grau das suas resistências, riscos e necessidades (Borum & Verhaagen, 2006), Lösel (1995) assegura que, as medidas de tratamento que vão de encontro a estes três princípios são, claramente, medidas de grande eficácia. Assumindo que os princípios do risco, necessidade e sensibilidade são tidos em conta na implementação e elaboração de um programa terapêutico, é importante que esse mesmo programa possua integridade (Andrews, 1995; Blackburn, 1993; Losel, 1995).

De modo consistente, através da revisão de literatura e estudos de meta-análise, tem emergido um conjunto de características que se revelam eficazes: tratamento multimodal, estratégias e conteúdos orientados para as aptidões e métodos baseados num modelo cognitivo, comportamental ou cognitivo-comportamental (Genovés, Morales, & Sánchez-Meca, 2006; Gilbert & Daffern, 2010; Lösel, 1995; MacKenzie, 2006; McGuire, 2008; McGuire & Priestley, 1995; Redondo, Garrido, & Sánchez-Meca, 1997; Redondo, Sánchez-Meca, & Garrido, 1999). Dada a multiplicidade de factores conhecidos como contribuindo para a actividade criminal, é aceite entre os investigadores que, as intervenções mais eficazes incluem diversos ingredientes, dirigidos à diversidade de risco e necessidades já referidos (McGuire, 2006, 2011), sendo, portanto, multimodais.

Os autores (Andrews, 1995; Borum & Verhaagen, 2006; Howells & Day, 1999; Lipsey et al., 2000; Lösel, 1995; McGuire & Priestley, 1995; Redondo et al., 1997) apontam, ainda, o contexto de aplicação como determinante da eficácia das intervenções. Tem sido mostrado que as intervenções desenvolvidas num contexto comunitário apresentam resultados mais positivos (McGuire & Priestley, 1995; Redondo et al., 1997). Porque as intervenções não são aplicadas num vácuo, é necessário estar alerta para a disponibilidade das instituições em relação à implementação de mudanças e outros factores cruciais para o sucesso dessas intervenções (Farrell & Flannery, 2006). Deste modo, questões referentes à resistência das organizações, quando os programas são aplicados em contexto institucional, à motivação dos técnicos e à sua qualificação devem ser avaliadas antes da aplicação dos programas (Howells & Day, 1999).

Estando identificados os princípios a ter em conta na elaboração de programas de intervenção eficazes na redução da reincidência criminal, importa averiguar de que forma os seus efeitos podem ser maximizados. Assim, assumindo que esses princípios são considerados, é necessário assegurar que os programas sejam construídos com base numa teoria do comportamento criminal conceptualmente sólida e com ampla base empírica (Andrews, 1995; McGuire, 2001, 2006). Sendo que a investigação sobre a etiologia do comportamento anti-social sugere que determinados padrões de interacção social, competências sociais ou cognitivas, atitudes e outros factores estão associados com o seu início e manutenção (Rijo & Sousa, 2004; Rijo et al., 2007), um trabalho destinado a reduzir as possibilidades de reincidência criminal deve ter como alvo de intervenção esses mesmos factores (Andrews, 1995; McGuire, 2001, 2006).

3. Modelos teóricos subjacentes ao comportamento agressivo: uma abordagem esquemática

A teoria e investigação na área do comportamento anti-social têm identificado diferenças no modo como os indivíduos agressivos processam a informação, com uma interacção complexa entre vários factores que se pensa serem importantes determinantes do comportamento agressivo (Gilbert & Daffern, 2010).

Acerca do comportamento agressivo na infância e na adolescência, um dos modelos cognitivos mais largamente estudado e aceite é o modelo do processamento da informação social (Dodge & Crick, 1994; Huesmann, 1988). No seu modelo, Dodge e Crick (1994) estabelecem que os indivíduos com comportamento agressivo apresentam uma série de enviesamentos e défices no processamento da informação em situações sociais ambíguas. A investigação realizada neste âmbito comprova que indivíduos anti-sociais possuem défices no processamento da informação social (Crick & Dodge, 1996; Dodge, Petit, Bates, & Valente, 1995; Lochman, Wayland, & White, 1993; Quiggle et al., 1992; Rijo et al., 2007; Tremblay & Dozois, 2009; Zeli et al., 1999), fazendo uso de distorções cognitivas que orientam esse processamento.

Recentemente, os processos emocionais têm sido integrados no

modelo referido. Num nível mais abrangente, emoção e cognição são ambos tipos de processamento da informação, no entanto com funções distintas (Lemerise & Arsenio, 2000). Lemerise & Arsenio (2000) assumem que o processo emocional serve funções motivacionais, comunicativas e regulatórias no indivíduo e entre os indivíduos, que são distintas da contribuição dos processos cognitivos (atenção, aprendizagem, memória, lógica) para a competência social.

Por outro lado, Beck (1976) propôs um modelo hierárquico no qual os esquemas cognitivos actuam como estruturas profundas que guiam os processos cognitivos. Assim, o processamento da informação social seria o resultado destes esquemas ou estruturas cognitivas (Beck, 2005; Calvete & Orue, 2012). Estes esquemas consistem em elementos de experiências e comportamentos anteriores que formam um corpo coeso e persistente de conhecimento que guia a percepção subsequente e a avaliação do que rodeia o indivíduo (Segal, 1988).

No desenvolvimento do conceito de esquema cognitivo, é importante referir a contribuição de Young (1990, 1999; Young et al., 2003). No seu modelo da Terapia Focada nos Esquemas, o autor descreve os esquemas mal adaptativos precoces (EMP) que subjazem o comportamento disfuncional. Estes esquemas são definidos como padrões amplos e subtis que constituem memórias, emoções, cognições e sensações corporais acerca do indivíduo e das suas relações com os outros, desenvolvidos na infância ou adolescência e elaborados ao longo da vida (Young, 1990, 1999; Young et al., 2003).

Servindo como padrões para o processamento de experiência posterior, os EMP podem ser caracterizados como: 1) originando-se muito cedo e permanecendo ao longo da vida do sujeito - a não ser que sejam alvo de intervenção terapêutica; 2) estruturas capazes de gerar elevados níveis de afecto disruptivo, consequências auto-derrotistas e dano significativo para os outros; 3) capazes de interferir de forma significativa com necessidades centrais para a auto-expressão, autonomia, ligação interpessoal, validação social ou integração societal; 4) e padrões profundamente embrenhados, centrais para o “sentido do Eu” do sujeito. Os EMP são activados por situações do ambiente que sejam relevantes para o seu conteúdo, logo, quanto mais rígido for o EMP maior o número de situações em que activa e mais intenso e duradouro o afecto negativo que despoleta (Young, 1990; Young et al., 2003).

Importa referir o facto de os EMP serem egossintónicos e, por isso mesmo, altamente rígidos e resistentes à mudança. A rigidez destes esquemas é grandemente explicada pelos processos que perpetuam o funcionamento esquemático, na medida em que impedem a existência de experiências desconfirmatórias. Destes processos fazem parte os processos de manutenção (processos pelos quais os esquemas são reforçados e rigidificados, que correspondem a erros cognitivos e padrões comportamentais disfuncionais), os processos de evitamento (processos pelos quais o sujeito evita a activação do esquema de modo a não experienciar níveis elevados de emoções desagradáveis) e os processos de compensação (que se resumem na adopção e estilos comportamentais ou

cognitivos que parecem ser o oposto do que seria de esperar a partir do conhecimento dos seus esquemas disfuncionais) (Young et al., 2003).

Embora a investigação acerca dos EMP não se tenha focado na sua relação com o comportamento agressivo, alguns estudos indicam que certos esquemas estão significativamente associados com a agressão (Bernstein, Arntz, & Vos, 2007; Calvete, 2008; Tremblay & Dozois, 2009). Baseando-se nos 18 EMP propostos por Young (1990), Bernstein e colaboradores (2007) identificaram os EMP Abandono, Desconfiança/Abuso, Privação Emocional, Defeito, Indesejabilidade Social, Fracasso, Grandiosidade e Autocontrolo Insuficiente como os EMP mais proeminentes nos indivíduos anti-sociais.

É, também, interessante constatar que, nos pressupostos do programa Gerar Percursos Sociais (GPS) de prevenção e reabilitação de comportamentos sociais desviantes, Rijo e colaboradores (2007) colocam a hipótese de estes serem os esquemas associados a padrões de comportamento anti-social em adolescentes e jovens adultos. De facto, a prática clínica destes profissionais parece mostrar que os referidos EMP são centrais no auto-conceito de indivíduos com condutas anti-sociais. Embora nem todos os esquemas referidos tenham de estar presentes ou sejam igualmente nucleares, são eles que constituem mais frequentemente a identidade pessoal destes indivíduos.

4. Gerar Percursos Sociais

O conhecimento acerca dos diversos programas existentes no âmbito da intervenção no comportamento anti-social, bem como a análise de trabalhos teóricos e investigações recentes, revela a necessidade de se adaptar o mais possível a prática de um qualquer programa de intervenção às características particulares da população a que se destina.

Neste sentido, muitos programas de prevenção e reabilitação psicossocial têm-se mostrado lacunares e inadequados na sua aplicação junto de adolescentes e jovens adultos. Geralmente, as bases teóricas destes programas não contemplam uma visão holística do ser humano, centrando-se apenas em estudos que revelaram défices no processamento da informação social nos indivíduos com comportamento anti-social, mas não procurando alcançar a mudança ao nível das variáveis estruturais responsáveis pelos défices ou distorções subjacentes a esse processamento.

Na actualidade, e no domínio do comportamento anti-social, os desafios mais promissores são os programas de intervenção baseados nos modelos de processamento da informação social atrás descrito. Como sublinham Dodge e Schwartz (1997), a maior parte destas intervenções assenta na hipótese de que as variáveis cognitivo-sociais desempenham um papel importante no comportamento anti-social. Vários autores (Eron, 1997; Patterson, Reid, & Dishion, 1992; Reid & Eddy, 1997) têm enfatizado a necessidade de se realizarem programas que incluam vários componentes, uma vez que o comportamento agressivo ocorre em função de uma escalada de processos e não unicamente em função de uma única variável. No entanto, ainda que estas propostas possuam uma base teórica que remete

para o paradigma do processamento da informação e para os modelos cognitivos desenvolvidos na psicologia clínica, não assumem, no entender de Rijo e colaboradores (2007), “a perspectiva cognitiva sobre o funcionamento humano na sua plenitude” (p. 7). Quer isto dizer que não definem qual a relação entre as diversas variáveis que se procuram modificar durante a execução dos programas.

Deste modo, o modelo teórico subjacente ao programa GPS procura colmatar essas limitações, apresentando um modelo explicativo da gênese e manutenção do comportamento desviante. Sendo que pretende operar mudanças, na apenas nos factores de manutenção do comportamento anti-social, mas também nos factores que terão predisposto o sujeito ao desvio, o GPS pode ser aplicado quer em contextos de prevenção quer em contextos de reabilitação (Rijo et al., 2007).

Tal como referido anteriormente, conceptualmente, o GPS aborda o comportamento desviante com base no paradigma do processamento da informação e, mais especificamente, surge de desenvolvimentos do modelo cognitivo, tal como formulado por Beck (Beck, Emery, & Greenberg, 1985; Beck et al., 1990; Beck, Rush, Shaw, & Emery, 1979) e, posteriormente inovado por J. Young e J. Safran (Safran & Segal, 1990; Young, 1990; Young, Beck, & Weinberger, 1993; Young, Klosko, & Weishaar, 2003; Young & Lindemann, 1992) para melhor compreensão e tratamento da psicopatologia da personalidade, cuja natureza relacional é bem conhecida (Rijo et al., 2007).

Se existem factores de ordem social, interaccional, institucional e familiar que contribuem para o desenvolvimento e manutenção do comportamento anti-social (multicausalidade do comportamento desviante), as variáveis de natureza cognitiva parecem desempenhar um papel nuclear como mediadoras entre a experiência e o desenvolvimento de um estilo comportamental anti-social (mediação cognitiva). É neste contexto que o conceito de crença ou esquema cognitivo (Beck et al., 1985; Beck et al., 1990; Beck et al., 1979; Safran & Segal, 1990; Young & Lindemann, 1992) surge como útil na conceptualização do desajustamento social e fornece importantes implicações para o desenvolvimento de perspectivas de intervenção que visem a correcção das distorções no processamento da informação social resultantes da influência desses esquemas ou crenças. Qualquer programa de reabilitação psicossocial de jovens em risco ou com comportamento desviante deverá ter como finalidade a flexibilização/reestruturação dos esquemas mal adaptativos subjacentes ao processamento da informação social, procurando corrigir as distorções cognitivas e, assim, os correlatos emocionais e comportamentais associados. A forma de provocar mudança esquemática é diversa mas o estabelecimento de relações interpessoais potencialmente desconfirmadoras desses mesmos esquemas é encarado como condição necessária para que se atinja a finalidade pretendida, uma vez que a natureza dos esquemas postulados como subjacentes ao comportamento anti-social é maioritariamente relacional e a sua manutenção resulta do estabelecimento de ciclos cognitivo-interpessoais disfuncionais (Safran & Segal, 1990).

O GPS é constituído por cinco módulos, onde são abordados os conteúdos apresentados na Tabela 1, indo de encontro aos pressupostos estabelecidos, precedidos de uma sessão inicial para apresentação do programa e finalizados com uma sessão que define o *terminus* do mesmo.

Módulo	Conteúdo
1. Comunicação	O processo de comunicação e os seus obstáculos, linguagem verbal e não-verbal, ambiguidades na comunicação e necessidade de congruência entre os dois tipos de linguagem.
2. Relacionamento Interpessoal	Estilos de comportamento (assertivo, agressivo, passivo ou manipulador); contextos interpessoais específicos (não se sentir aceite, dizer não, criticar, pedir ajuda, pedir desculpa) e negociação.
3. Distorções Cognitivas	Modelo cognitivo do processamento da informação e principais distorções cognitivas: “Abstracção Selectiva”, “Sobregeneralização”, “Leitura da Mente”, “Bola de Cristal”, “Minimização”, “Desqualificar Experiências Positivas”, “Pensamento Dicotómico”, “Rotular” e “Personalização”.
4. Significado das Emoções	Natureza e função das emoções: tristeza, vergonha, medo, raiva, culpa e alegria.
5. As Armadilhas do Passado	Conceito de crença ou esquema. Esquemas mal-adaptativos precoces de Fracasso, Indesejabilidade Social, Desconfiança/Abuso, Defeito/Vergonha, Privação Emocional, Abandono e Grandiosidade.

Tabela 1. Módulos e Conteúdos do GPS (adapt. de Rijo & Sousa, 2004).

Os módulos encontram-se divididos em sessões, num total de 40, que, a serem realizadas uma vez por semana, resultam num tempo total de aplicação de cerca de doze meses. A duração proposta para cada sessão (excepto as de *follow-up*, cujo tempo deverá ser programado essencialmente em função das actividades propostas e do grupo) é de 90 minutos e tem em conta o tempo necessário à consumação dos objectivos propostos para cada uma, bem como o tempo preciso para ultrapassar as dificuldades que possam surgir e/ou para lidar com alguma resistência típica da população a que o GPS se destina. Contudo, a aplicação das sessões não é rígida, devendo as dinâmicas estabelecidas ser encaradas como uma proposta a adaptar ao grupo a que se destinam, podendo ser modificadas desde que se respeite os conteúdos e respectivos objectivos a trabalhar. As sessões, com excepção da inicial, da final e das de *follow-up*, obedecem a uma estrutura pré-definida que se mantém constante ao longo de todo o programa.

Por questões de organização interna dos Centros Educativos da Direcção Geral de Reinserção Social, o GPS foi compactado numa versão de 25 sessões, aplicado duas vezes por semana, que resulta num tempo total de implementação de três meses. Apesar da sua versão condensada, no GPS25, são trabalhados os cinco módulos que constituem o programa, ainda que a maior parte das sessões do Módulo II – Relacionamento Interpessoal tenham

sido excluídas (para uma descrição do desenho das 25 sessões do GPS, ver Tabela 2 em anexo).

Artigo 1 – Mudança clínica na auto-representação e activação emocional após um programa de grupo psicoeducacional de 25 sessões: um ensaio com jovens delinquentes

Artigo 2 – Mudança clínica nos problemas de comportamento e psicopatologia geral após um programa de grupo psicoeducacional de 25 sessões: um ensaio com jovens delinquentes

IV – Discussão Geral

A presente dissertação, inserida no âmbito do Projecto de I&D “*Gerar Percursos Sociais, um programa de prevenção e reabilitação para indivíduos com comportamento anti-social: estudos de eficácia em amostras forenses*” (PTDC/PSI-PCL/102165/2008), teve como principal objectivo contribuir para a validação do GPS, na sua versão compactada de 25 sessões, em contexto de Centro Educativo. Nesse sentido, foram realizados dois estudos partindo de uma amostra de jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento em Centro Educativo.

Num primeiro estudo foram analisadas as mudanças nas estruturas esquemáticas subjacentes ao comportamento anti-social e as mudanças na activação emocional disruptiva associada às temáticas negativas do auto-conceito, enquanto um segundo estudo foi dedicado à avaliação da eficácia do programa em termos de mudanças comportamentais e nível de psicopatologia geral, visando a reabilitação psicossocial dos jovens participantes.

Previamente a uma discussão dos resultados importa tecer algumas considerações no que se refere à investigação.

Referindo-nos à amostra em estudo, é importante ter em atenção o facto de não existir um grupo de controlo, facto motivado por questões do procedimento de recolha da amostra e a que a autora é alheia, fazendo com a interpretação destes resultados se revista de um especial cuidado. A ausência de um grupo de controlo não permite, pois, concluir se os resultados observados são efeito da participação no programa.

De referir, ainda, que não foi controlada a taxa de assiduidade dos participantes, embora a frequência do programa faça parte do Projecto Educativo Pessoal dos jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento e, portanto, se assuma que a mesma tenha rondado uma taxa de presença de cerca de 90% das sessões.

Considerando o objectivo último desta dissertação de contribuir para a validação do programa GPS, na sua versão compactada de 25 sessões, em contexto de Centro Educativo, ou seja, averiguar em que medida o programa se revela eficaz na promoção de mudanças a nível cognitivo, de regulação emocional e comportamental, importa analisar se os sujeitos revelam melhorias clínicas relativamente à sua situação inicial. Assim, a estatística baseada na avaliação das médias do grupo não é suficiente por não permitir retirar conclusões acerca do efeito do programa em cada sujeito em particular, quantos sujeitos melhoram ou quantos pioram no final do mesmo. Sendo este um aspecto central destes estudos, optou-se por utilizar o IMF – Índice de Mudança Fiável. Este método possibilita a avaliação da mudança clínica em termos individuais, descrevendo a observação de mudanças nos sujeitos ao longo do período de tempo em que o programa foi aplicado. O IMF é, ainda, relevante por permitir averiguar se as mudanças registadas são reais ou se se devem a erros de medida.

Num olhar atento sobre os resultados obtidos no **primeiro estudo**, e no que se refere ao total da escala para os EMP avaliados, verifica-se que mais de metade da amostra alcançou melhorias, fazendo face à baixa

percentagem de sujeitos que não revelam mudança e/ou apresentaram deterioração, o que traduz uma diminuição significativa da endosso de crenças nucleares disfuncionais. Estes resultados sugerem que o GPS poderá ser eficaz na promoção de uma mudança significativa nos esquemas nucleares dos sujeitos. De acordo com Young (1990, 2003), pontuações mais baixas nas medidas dos esquemas podem ser interpretadas como uma menor proeminência destes mesmos esquemas na auto-representação dos sujeitos. Embora se observem, numa análise particular de cada EMP avaliado, elevadas taxas de sujeitos que não revelam mudanças, é importante ter em conta que nem todos os sujeitos possuem todos os EMP avaliados como fazendo parte do seu funcionamento. Tendo em consideração esse facto, não fará sentido que se defina a eficácia do programa recorrendo a uma análise particular dos resultados obtidos para cada EMP. Assim, uma análise dos resultados em termos globais revela ser um indicador mais robusto das mudanças operadas nesta variável, e permite concluir que o GPS poderá, de facto, ter sido capaz de alcançar uma flexibilização e reestruturação esquemática. Estes resultados são consonantes com estudos recentes que indicam que o GPS é eficaz na reestruturação/flexibilização de estruturas cognitivas mal-adaptativas (Brasão, 2011; Ramos et al., 2012).

Na explicação da ausência de mudança na activação esquemática, poderá ser apontado o facto de, no momento da avaliação inicial (pré-teste), os sujeitos não terem ainda conhecimento da presença e importância do constructo de crenças nucleares como fazendo parte do seu funcionamento e, portanto, numa avaliação final (pós-teste) serem já capazes de identificar esses esquemas, sendo que a proeminência de alguns EMP possa ser mais saliente neste momento. Ainda na interpretação destes resultados, poderemos considerar a própria natureza dos esquemas, sendo que estes são caracterizados como estruturas extremamente estáveis e duradouras e padrões profundamente embrenhados e centrais para o “sentido do Eu” dos sujeitos (Young, 1990; Young et al., 2003; Young & Lindemann, 1992) e, portanto, fortemente resistentes à mudança. Também, de acordo com Rijo e colaboradores (2007), as crenças nucleares são mais difíceis de trabalhar, pela dificuldade do seu acesso e, por conseguinte, mais difíceis de ser alvo de reestruturação. Ora, a curta duração da versão do programa GPS em 25 sessões, traduzida em doze semanas de aplicação com sessões duas vezes por semana, poderá não permitir que seja possível que todos os sujeitos alcancem uma mudança esquemática clinicamente significativa, uma vez que não têm tempo suficiente para assimilarem e generalizarem as competências aprendidas a outros contextos. A duração da implementação do GPS25 é inferior à duração do tratamento sugerida pela literatura. De acordo com Lipsey (1995), a duração do tratamento deve ser superior a 26 semanas, de forma a permitir dois ou mais contactos por semana e/ou mais de 100 horas de contacto final. Obviamente que tratamentos mais longos e, eventualmente, mais intensos poderão ser mais benéficos para indivíduos com comportamento anti-social, atendendo à sua crónica dificuldade em modificar comportamentos e atitudes (Abrunhosa, 2007).

De modo geral, os resultados que se esperava obter, no sentido da

diminuição do endosso dos EMP nos sujeitos, podem ser observados para os vários EMP, à excepção do EMP Abandono. Relativamente a este EMP, pensa-se que, com a leitura do cenário activador, altamente idiossincrático, os jovens têm acesso a experiências traumáticas, nucleares e precoces de abandono vivenciadas com figuras de vinculação e outros significativos, daí a tendência para uma maior dificuldade de mudança esquemática neste domínio, registando-se uma taxa de deterioração superior à taxa de melhoria neste EMP e uma taxa de sujeitos sem mudança superior relativamente aos restantes EMP. Este resultado é acompanhado pelos resultados obtidos no que se refere à activação emocional.

Também relativamente ao EMP Privação Emocional, embora as taxas de melhoria sejam superiores às taxas de deterioração, essa diferença é de apenas dois pontos percentuais, observando-se uma elevada percentagem de sujeitos que não revelam mudanças. Este facto poderá ser explicado pelo contexto em que se encontram os jovens, sendo que o funcionamento e regras que regem um centro educativo poderão não permitir colmatar estes sentimentos de privação. À semelhança do EMP Abandono, também o EMP Privação Emocional está profundamente enraizado nestes jovens, sendo que a todos eles são comuns fortes experiências e histórias de privação precoces, quer em termos emocionais, quer, por exemplo, em termos de necessidades básicas de alimentação e saúde.

No que se refere ao estudo sobre da activação emocional, os resultados permitem corroborar a ideia de que a activação emocional associada à activação de determinado EMP acompanha a flexibilização ou mudança esquemática nesse domínio (Young, 1990; Young et al., 2003). Neste sentido, também, Capinha (2009) observa que a intensidade emocional negativa está associada à saliência do EMP. Sendo que a proeminência dos EMP parece diminuir, também a activação emocional associada é menos intensa.

Nesta variável, é notória, em termos gerais, uma taxa de melhoria superior à taxa de deterioração e sem mudança para todos os EMP. A elevada taxa de melhoria registada relativamente à activação emocional disruptiva associada aos EMP avaliados de aproximadamente metade da amostra, é de extrema importância uma vez que, como referem Dodge e Crick (1994), o papel das emoções no processamento da informação social tem sido um aspecto negligenciado, embora estas sejam parte integral de cada estágio desse processamento. A investigação tem mostrado que a congruência entre uma activação emocional disruptiva e o processamento da informação são mecanismos subjacentes ao desenvolvimento e manutenção do comportamento desviante (Anderson & Bushman, 2002; Crick & Dodge, 1994; Huesmann & Guerra, 1997; Tremblay & Dozois, 2009).

A estes resultados apenas se revela como excepção o EMP Abandono. Os resultados obtidos na activação emocional associada a este EMP permitem inferir que, uma vez que não existe uma mudança esquemática, também não se registam mudanças na regulação emocional associada à activação do EMP, como referido anteriormente.

Relativamente ao **segundo estudo**, analisando os dois *clusters*

relativos a problemas de expressão, exteriorizada (problemas comportamentais) e interiorizada (problemas emocionais), é possível registar uma melhoria de cerca de metade dos indivíduos que participaram no programa. No que diz respeito aos problemas de expressão exteriorizada, esta constatação revela melhorias no comportamento dos jovens, sugerindo uma redução dos comportamentos anti-sociais adoptados, bem como dos problemas de atenção e hiperactividade. Relativamente aos problemas de expressão interiorizada, conclui-se que, a frequência do programa GPS, parece permitir aos jovens a aquisição de competências de regulação emocional, sendo estes capazes de uma melhor gestão dos seus estados emocionais, revelando menos sintomas depressivos e problemas de ansiedade e isolamento.

Estudos recentes, realizados no âmbito deste projecto (Ramos, et al., 2012; Brazão, 2011; Capinha 2009), permitem corroborar os resultados obtidos nesta investigação. Capinha (2009) concluiu que os esquemas mal adaptativos precoces estão associados à manifestação de problemas de externalização, havendo relações entre a sua saliência e maiores índices de Comportamento anti-social e Problemas de atenção/Hiperactividade, o que aponta para a existência de relação entre os mesmos e condutas anti-sociais. Havendo uma reestruturação/flexibilização destas estruturas, estudada anteriormente (Ramos, et al., 2012; Brazão, 2011), é suposto que os problemas de comportamento reportados pelos sujeitos diminuam e, como se observa, os sujeitos revelem boas taxas de melhoria a este nível.

Analisando os resultados referentes ao EMP Auto Controlo Insuficiente, obtidos no primeiro estudo, e tendo em consideração que este EMP se refere a dificuldades que os sujeitos sentem em autocontrolar-se ou tolerar frustrações e que pode ser interpretado um indicador de manifestação de sintomatologia de problemas comportamentais, é interessante que se lhes faça referência. Uma leitura dos resultados permite inferir que melhorias no auto controlo destes jovens terão por base uma melhor capacidade de regulação emocional potenciada pela reestruturação/flexibilização cognitiva de que foram alvo ao longo da participação no GPS. Estas mudanças terão influenciado, conseqüentemente, melhorias a nível comportamental, registando-se uma diminuição na manifestação de comportamentos anti-sociais.

Na interpretação dos resultados importa ter em conta que nem todos os factores avaliados são alvo do programa GPS, como é o caso dos factores Problemas de Atenção/Hiperactividade e Queixas Somáticas. No entanto, também nestes factores se observam melhorias nos sujeitos da amostra.

Tendo em consideração o formato e contexto em que é aplicada a versão do GPS25, sendo que questões específicas de gestão do funcionamento interno dos centros educativos implicam que a implementação e desenvolvimento de programas interventivos seja conjugada com o normal funcionamento das actividades educativas e formativas, as percentagens de melhorias observadas neste estudo são indícios francamente satisfatórios na avaliação da eficácia do programa. Ainda que o programa se desenrole num curto espaço de tempo

(aproximadamente doze semanas) e em condições que, por vezes, exigem adaptação das sessões, no geral, a interpretação dos resultados aponta para a sua capacidade na indução de mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais associadas ao desenvolvimento e manifestação de comportamentos anti-sociais nos jovens delinquentes.

Perante os resultados descritos, será interessante reflectir acerca daqueles que são os propósitos e objectivos do sistema de justiça juvenil e dos programas aplicados nesse contexto, interessados, essencialmente, em mudanças comportamentais observáveis. Porque entendemos a reabilitação como a real alteração dos mecanismos que subjazem o comportamento desviante e, neste estudo, focamos a nossa atenção nos EMP e na activação emocional disruptiva a eles associada e problemas de comportamento reportados pela população avaliada, é fulcral que tenhamos em consideração as mudanças aqui observadas. Na interpretação destes resultados, é importante ter em conta que este é um período de mudanças substanciais durante o qual, muitos dos processos de maturação do desenvolvimento do indivíduo têm um papel importante na expressão de sintomatologia emocional (Fonseca-Pedrero et al, 2012). Sendo que o contexto em que os jovens se encontram pode, de certo modo, privar os jovens do contacto com o mundo exterior e perante a imposição de regras de conduta rígidas e sujeitos a um regime muitas vezes limitativo que poderá ter impacto no desenvolvimento psicológico dos jovens, conjugando as restrições e lacunas desenvolvimentais de que se pautam as vivências destes jovens, estes resultados revelam-se satisfatórios e positivos.

Fazendo uso da teoria, os resultados descritos, embora devam ser interpretados com algum cuidado, revestem-se de um carácter animador quanto à eficácia do GPS. A alteração de estruturas tão enraizadas nos sujeitos, como são os EMP avaliados, e a melhoria operada na activação emocional associada, num contexto constrangedor e muitas vezes encarado como reforçador ou confirmador das crenças nucleares destes sujeitos e dos seus comportamentos desviantes, permite traçar conclusões positivas acerca do programa. Em síntese, o programa parece ser eficaz na capacidade de melhorar o funcionamento psicológico e social dos jovens em contexto de Centro Educativo, evidenciando capacidade de provocar a mudança cognitiva, emocional e comportamental que se pretende operar, sendo que os jovens registam menor proeminência de esquemas disfuncionais subjacentes ao processamento da informação, bem como activação emocional disruptiva e melhorias em termos dos seus comportamentos anti-sociais.

Uma vez que este trabalho se insere num projecto mais vasto de validação do programa GPS, os estudos continuam. Primeiramente, é imperativo que, no sentido de dar continuidade a este estudo e de corroborar os seus resultados, se avalie a eficácia do programa recorrendo a comparações entre grupos (experimental e de controlo). Seria interessante comparar os efeitos aqui observados com os obtidos com jovens a frequentar a versão original do programa (40 sessões, aplicadas uma vez por semana), bem como averiguar se o GPS é capaz de produzir mudança noutras variáveis subjacentes à manutenção do comportamento anti-social.

Acrescenta-se, ainda, o interesse de analisar os efeitos do programa quando implementado em diferentes contextos (institucional e comunitário), sendo que esta é apontada com uma variável mediadora no impacto das intervenções (Lösel, 1995; Redondo, Garrido, & Sánchez-Meca, 1997).

Uma vez testada a eficácia do programa no contexto de Centro Educativo, seria interessante estudar se a mudanças alcançadas são estáveis ao longo do tempo e generalizáveis a outros contextos aquando do término do cumprimento da Medida Tutelar Educativa de Internamento. A verificar-se essa estabilidade e generalização, poder-se-ia avaliar se essas mudanças teriam impacto nas taxas de reincidência criminal dos jovens.

V - Conclusões

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Projecto de I&D “*Gerar Percursos Sociais, um programa de prevenção e reabilitação para indivíduos com comportamento anti-social: estudos de eficácia em amostras forenses*” (PTDC/PSI-PCL/102165/2008), sediado no Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), numa parceria com a Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS) e com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). Os estudos desenvolvidos tiveram como principal objectivo contribuir para a validação do GPS, na sua versão compactada de 25 sessões, em contexto de Centro Educativo. De um modo geral, procurou-se testar a eficácia do programa na reabilitação psicossocial de jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento, avaliando as mudanças ocorridas a nível cognitivo, emocional e comportamental.

Com vista a prossecução deste objectivo foram realizados dois estudos. Num primeiro estudo, que pretendeu analisar as mudanças nas estruturas esquemáticas subjacentes ao comportamento anti-social e as mudanças na activação emocional disruptiva associada às temáticas negativas do auto-conceito, verificou-se uma melhoria de mais de metade da amostra em termos de flexibilização e reestruturação cognitiva, sendo que se registou menor proeminência de esquemas disfuncionais, bem como menor activação emocional disruptiva. No segundo estudo, dedicado à avaliação da eficácia do programa em termos de mudanças comportamentais e nível de psicopatologia geral, verificou-se que mais de metade da amostra apresenta melhoria no que se refere aos problemas de comportamento.

Em termos globais, os resultados obtidos parecem corroborar o pressuposto de que o GPS é eficaz na promoção de mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais nos jovens a cumprir Medida Tutelar Educativa de Internamento em Centro Educativo, traduzindo melhorias significativas no seu funcionamento psicológico e social, no sentido da sua reabilitação.

Os estudos apresentados decorrem de outros previamente realizados no âmbito deste projecto, no sentido da validação do programa GPS na sua versão compactada de 25 sessões. No entanto, utilizam um método

estatístico inovador, o IMF – Índice de Mudança Fiável, que permite avaliar as mudanças clínicas observadas em cada sujeito, verificando se são verdadeiras e fiáveis, uma vez que controla parcialmente o erro das medidas.

Futura investigação poderá comparar os efeitos registados com os obtidos com jovens a frequentar a versão original do programa, bem como averiguar se o GPS é capaz de produzir mudança noutras variáveis subjacentes à manutenção do comportamento anti-social, e ainda qual a influência que poderá ter o contexto em que o programa é implementado e se as mudanças alcançadas são estáveis ao longo do tempo e generalizáveis a outros contextos aquando do término do cumprimento da Medida Tutelar Educativa de Internamento, sendo que essas mudanças poderão ter impacto nas taxas de reincidência criminal dos jovens.

Bibliografia Geral

- Afonso, A., da Motta, C., Brazão, N., Rijo, D., & Pinto Gouveia, J. (em preparação). *Mudança clínica na auto-representação e activação emocional após um programa de grupo psicoeducacional de 25 sessões: um ensaio com jovens delinquentes.*
- Abrunhosa, R. (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 25 (2), 571-583.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi.
- American Psychological Association Commission on Youth Violence. (1993). *Violence and Youth: Psychology's Response*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Anderson, C. A., & Bushman, B. J. (2002). Human Aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, 27-51.
- Andrews, D. A., Zinger, I., Hoge, R. D., Bonta, J., Gendreau, P., & Cullen, F. T. (1990). Does correctional treatment work? A clinically relevant and informed meta-analysis. *Criminology*, 28, 369-404.
- Andrews, D. A. (1995). The psychology of criminal conduct and effective treatment. In J. McGuire (Ed.), *What works: reducing reoffending? Guidelines from research and practice*. (pp. 35-62). London: Wiley Blackwell.
- Beck, A. T. (1976). *Cognitive theory and the emotional disorders*. New York: International Universities Press.
- Beck, A. T. (2005). The Current State of Cognitive Therapy: A 40-Year Retrospective. *Archives of General Psychiatry* 62, 953-959.

- Beck, A. T., Emery, G., & Greenberg, R. L. (1985). *Anxiety disorders and phobias: A cognitive perspective*. New York: Basic Books.
- Beck, A. T., Freeman, A., & Associates (Eds.). (1990). *Cognitive therapy of personality disorders*. New York: The Guilford Press.
- Beck, A. T., Rush, A. J., Shaw, B. F., & Emery, G. (1979). *Cognitive therapy of depression*. New York: Guilford Press.
- Bernstein, D. P., Arntz, A., & Vos, M. d. (2007). Schema Focused Therapy in Forensic Settings: Theoretical Model and Recommendations for Best Clinical Practice. *International Journal of Forensic Mental Health*, 6(2), 169-183.
- Blackburn, R. (1993). *The psychology of criminal conduct: Theory, research and practice*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Borum, R., & Verhaagen, D. A. (2006). *Assessing and managing violence risk in juveniles*. New York: Guilford Press.
- Brazão, N. (2011). *Gerar Percursos Sociais (GPS), um programa de prevenção e reabilitação para indivíduos com comportamento anti-social: Contributos para o estudo de validação em contexto de Centro Educativo* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Calvete, E. (2008). Justification of violence and grandiosity schemas as predictors of antisocial behavior in adolescents. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36, 1083-1095. doi: 10.1007/s10802-008-9229-5
- Calvete, E., & Orue, I. (2012). Social Information Processing as a Mediator Between Cognitive Schemas and Aggressive Behavior in Adolescents. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 105-117. doi: 10.1007/s10802-011-9546-y
- Capinha, M. (2009). Auto-representações em adolescentes com condutas anti-sociais: Inventário de Avaliação de Esquemas por Cenários Activadores – Comportamento Anti-Social (IAECA-CA). *Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*.
- Conboy, J. (2003). Algumas medidas típicas univariadas da magnitude do efeito. *Análise Psicológica*, 2(XXI), 145-158. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n2/v21n2a02.pdf>

- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1994). A review and reformulation of social information-processing mechanisms in children's social adjustment. *Psychological Bulletin, 115*(1), 74-101.
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social Information-Processing Mechanisms in Reactive and Proactive Aggression. *Child Development, 67*, 993-1002.
- Day, A., Howells, K., & Rickwood, D. (2004). Current trends in the rehabilitation of juvenile offenders. *Trends & Issues in crime and criminal justice*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Dishion, T. J. & Patterson, G. R. (2006). The development and ecology of antisocial behaviour in children and adolescents. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental Psychopathology: Risk, disorder and adaptation, vol 3*, (2nd ed., pp. 503-541). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Dodge, K. A. (1993). Social-cognitive mechanisms in the development of conduct disorder and depression. *Annual Review of Psychology, 44*, 559-584.
- Dodge, K. A., Petit, G. S., Bates, J. E., & Valente, E. (1995). Social information-processing patterns partially mediate the effect of early physical abuse on later conduct problems. *Journal of Abnormal Psychology, 104*(4), 632-643.
- Dodge, K. A. & Schwartz, D. (1997). Social information processing mechanisms in aggressive behavior. In D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 171-180). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Dowden, C., & Andrews, D. A. (1999). What Works in Young Offender Treatment: A Meta-Analysis. *Forum on Corrections Research, 11*(2), 21-24.
- Eron, L. D. (1997). The development of antisocial behavior from a learning perspective. In D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp.140-147). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Farrell, A. D., & Flannery, D. J. (2006). Youth violence prevention: Are we there yet? *Aggression and Violent Behavior, 11*, 138-150. doi: 10.1016/j.avb.2005.07.008

- Fonseca, A. C. & Monteiro, C. M. (1999). Um inventário de problemas do comportamento para crianças e adolescentes: O Youth Self-Report de Achenbach. *Psychologica*, 21, 79-96.
- Fonseca, A. C. & Simões, M. C. (2004). Comportamento anti-social: técnicas e instrumentos de avaliação. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta* (pp.39-72). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos anti-sociais: uma introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXXIV, nº1, 2 e 3, 9-36.
- Fonseca, A. C. (2006). *Psicologia Forense*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca-Pedrero, E., Sierra-Baigrie, S., Lemos-Giráldez, S., Paino, M., & Muñiz, P. (2012). Dimensional structure and measurement invariance of the Youth Self-Report across gender and age. *Journal of Adolescent Health*, 50, 148-153. doi: 10.1016/j.adohealth.2011.05.011
- Fontaine, R. G. (2006). Applying systems principles to models of social information processing and aggressive behavior in youth. *Aggression and Violent Behavior* 11, 64-76. doi: 10.1016/j.avb.2005.05.003
- Genovés, V. G., Morales, L. A., & Sánchez-Meca, J. (2006). What works for serious juvenile offenders? A systematic review. *Psicotherma*, 18, n°3, 611-619.
- Gilbert, F., & Daffern, M. (2010). Integrating contemporary aggression theory with violent offender treatment: How thoroughly do interventions target violent behavior? *Aggression and Violent Behavior*, 15, 167–180. doi: 10.1016/j.avb.2009.11.003
- Hoge, R. D. (2009). Serious and Violent Juvenile Offenders: Assessment and Treatment. *Resource Material Series*, 78, 49-56.
- Hollin, C. R. (2002). An overview of offender rehabilitation: something old, something borrowed, something new. *Australian Psychologist*, 37, n°3,, 159-164.
- Howells, K., & Day, A. (1999). The rehabilitation of offenders: International perspectives applied to Australian Correctional System. *Trends & Issues in crime and criminal justice*. Canberra: Australian Institute of Criminology.

- Huesmann, L. R. (1988). An Information Processing Model for the Development of Aggression. *Aggressive Behavior*, 14, 13-24.
- Huesmann, L. R., & Guerra, N. G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(2), 408-419.
- Izzo, R. L. & Ross, R. P. (1990). Treatment programs for offenders: Meta-analysis, "what works" and beyond. *International Journal of Law and Psychiatric*, 22 (3-4), 361-372.
- Jacobson, N. S., & Truax, P. (1991). Clinical Significance: A Statistical Approach to Defining Meaningful Change in Psychotherapy Research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(1), 12-19.
- Kazdin, A. E. (1987). Treatment of antisocial behavior in children: current status and future directions. *Psychological Bulletin*, 102(2), 187-203.
- Lemerise, E. A., & Arsenio, W. F. (2000). An Integrated Model of Emotion Processes and Cognition in Social Information Processing. *Child Development*, 71(1), 107-118.
- Lipsey, M. W. (1995). What do we learn from 400 research studies on the effectiveness of treatment with juvenile delinquents? In J. McGuire (Ed.), *What works: reducing reoffending? Guidelines from research and practice* (pp. 63-78). London: Wiley Blackwell.
- Lipsey, M. W., & Cullen, F. T. (2007). The effectiveness of correctional rehabilitation: a review of systematic reviews. *Annual Review of Law and Social Science*, 3, 297-320. doi: 10.1146/annurev.lawsocsci.3.081806.112833
- Lipsey, M. W., Wilson, D. B., & Cothorn, L. (2000). *Effective intervention for serious juvenile offenders*: U.S. Dept. of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Lochman, J. E., Wayland, K. K., & White, K. J. (1993). Social goals: Relationship to adolescent adjustment and to social problem solving. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 21(2), 135-151.
- Loeber, R. (1982). The stability of antisocial and delinquent child behavior: a review. *Child Development*, 53, 1431-1446.
- Lösel, F. (1995). The efficacy of correctional treatment: A review and

- synthesis of meta-evaluations. In J. McGuire (Ed.), *What works: reducing reoffending? Guidelines from research and practice*. (pp. 79-111). London: Wiley Blackwell.
- Maassen, G. H. (2001). The unreliable change of reliable change indices. *Behaviour Research and Therapy*, 39, 495-498.
- MacKenzie, D. L. (2006). *What Works in Corrections: Reducing the Criminal Activities of Offenders and Delinquents*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McGuire, J. & Priestley, P. (1995). Reviewing „what works“: Past, present and future. In J. McGuire (Ed.), *What works: reducing reoffending? Guidelines from research and practice* (pp. 3-34). London: Wiley Blackwell.
- McGuire, J. (2001). What works in correctional intervention? Evidence and practical implications. In G. A. Bernfeld, D. P. Farrington & A. W. Leschied (Eds.), *Implementing and evaluating effective programs* (pp. 25-43). Chichester: John Wiley & Sons.
- McGuire, J. (2006). Eficácia das intervenções para a redução da reincidência criminal. In A. C. Fonseca, M. Simões, M. C. T. Simões, M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp.639-665). Coimbra: Nova Almedina.
- McGuire, J. (2008). A review of effective interventions for reducing aggression and violence. *Phil. Trans. R. Soc. B*, 363, 2577-2597.
- McGuire, J. (2011). Redução da reincidência de ofensores adultos: uma revisão de métodos e resultados. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, 8, 9-25.
- Ogles, B. M., Lunnen, K. M., & Bonesteel, K. (2001). Clinical significance: History, application, and current practice. *Clinical Psychology Review*, 21(3), 421-446.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. M. (1992). *Antisocial Boys*. Eugene: Castalia Publishind Company.
- Pinto-Gouveia, J., & Rijo, D. (2001). Terapia focada nos esquemas: questões acerca da sua validação empírica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, XV(2), 309-324.
- Pinto, J. (2010). *Inventário de Avaliação de Esquemas por Cenários Activadores- Comportamento Anti-Social (IAECA-CA): Estudos de*

- validação numa amostra de jovens com problemas de comportamento.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Quiggle, N. L., Garber, J., Panak, W. F., & Dodge, K. A. (1992). Social Information Processing in Aggressive and Depressed Children. *Child Development, 63*(1305-1320).
- Ramos, J., da Motta, C., Brazão, N., Rijo, D., & Pinto Gouveia, J. (em preparação). *Clinical change in core schemas and cognitive distortions after a psychoeducational group program: a randomized trial with male prison inmates.*
- Redondo, S., Garrido, V., & Sánchez-Meca, J. (1997). What works in correctional rehabilitation in Europe: A meta-analytic review. In S. Redondo, V. Garrido, J. Pérez, & R., Barberet (Eds.), *Advances in psychology and law: International contributions* (pp. 449-523). Berlin: de Gruyter.
- Redondo, S., Sánchez-Meca, J., & Garrido, V. (1999). The influence of treatment programmes on the recidivism of juveniles and adult offenders: An European meta-analytic review. *Psychology, Crime and Law, 5*, 251-278.
- Reid, J. B., & Eddy, J. M. (1997). The prevention of antisocial behavior: Some considerations in the search for effective interventions. In D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 343-356). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Rijo, D., & Sousa, M. d. N. (2004). Gerar Percursos Sociais (GPS), um programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante – bases conceituais, estrutura e conteúdos. *Infância e Juventude, 4*(2), 33-74.
- Rijo, D., Sousa, M. N., Lopes, J., Pereira, J., Vasconcelos, J., Mendonça, M. C., Silva, M. J., Ricardo, N., & Massa, S. (2007). *Gerar Percursos Sociais: Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento social desviante.* Ponta Delgada: Equal.
- Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade: análise de alguns percursos cruciais. In A. C. Fonseca (Ed.),

- Comportamento anti-social e crime: Da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Almedina.
- Safran, J. D., & Segal, Z. V. (1990). *Interpersonal process in cognitive therapy*. New York: Basic Books.
- Segal, Z. V. (1988). Appraisal of the self-schema construct in cognitive models of depression. *Psychological Bulletin*, *103*(2), 147-162.
- Tarolla, S. M., Wagner, E. F., Rabinowitz, J., & Turbman, J. G. (2002). Understanding and treating juvenile offenders: A review of current knowledge and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, *7*, 125-143.
- Tremblay, P. F., & Dozois, D. J. A. (2009). Another perspective on trait aggressiveness: Overlap with early maladaptive schemas. *Personality and Individual Differences* *46*, 569-574. doi: 10.1016/j.paid.2008.12.009
- Wise, E. A. (2004). Methods for analyzing psychotherapy outcomes: A review of clinical significance, reliable change, and recommendations for Future Directions. *Journal of Personality Assessment*, *82*(1), 50-59.
- Young, J. E. (1990). *Cognitive therapy for personality disorders: A schema-focused approach*. Florida: Professional Resource Exchange, Inc.
- Young, J. E., Beck, A. T., & Weinberger, A. (1993). Depression. In D. H. Barlow (Ed.), *Clinical Handbook of Psychological Disorders* (pp. 240-277). New York: The Guilford Press.
- Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2003). *Schema therapy. A practitioner's guide*. New York: The Guilford Press.
- Young, J. E., & Lindemann, M. D. (1992). An integrative schema-focused model for personality disorders. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, *6*, 11-23.
- Zeli, A., Dodge, K. A., Lochman, J. E., Laird, R. D., & Group, C. P. P. R. (1999). The distinction between beliefs legitimizing aggression and deviant processing of social cues: Testing measurement validity and the hypothesis that biased processing mediates the effects of beliefs on aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, *77*(1), 150-166.

Anexo

Sessão (GPS25)	Sessão (GPS40)	Sessão
1	1	“Apresentação”
2	2/3	“Nem sempre a falar a gente se entende” “O que eu queria dizer era”
3	4/5	“A ausência de palavras” “Palavras para quê”
4	6	“Palavras, leva-as o vento”
5	8/9	“O que eu penso dos outros” “O que eu penso que os outros pensam de mim”
6	7/10	“O que eu penso de mim” “O que nós pensamos da assertividade”
7	17/18	“Nem tudo o que parece é” “Uma andorinha não faz a primavera”
8	19	“De bruxo e de louco todos temos um pouco”
9	20	“Usar óculos para ver o pior”
10	21/22	“Ou tudo ou nada” “Enfiar o barrete”
11	23/24	“Identificação das emoções” “Tristeza”
12	25/26	“Vergonha” “Medo”
13	27	“Raiva/Ira”
14	28	“A culpa”
15	29	“A alegria”
16	30	“O que são as armadilhas do passado”
17	31	“O fracasso”
18	32	“A indesejabilidade social”
19	33	“Desconfiança/Abuso”
20	34	“Defeito/Incapacidade de ser amado”
21	35	“Privação emocional”
22	36	“Abandono”
23	37	“Grandiosidade”
24	38/39	“Lutar contra as armadilhas do passado”
25	40	“Use <i>it</i> ”

Tabela 2. Desenho do GPS (formato 25 e 40 sessões)